
O cancelamento do romance: uma reflexão crítica sobre leitura e censura

The cancellation of the novel: a critical reflection on reading and censorship

Germana Araújo Sales

Universidade Federal do Pará /CNPq

Jeniffer Jesus da Silva

Universidade do Estado do Amapá / Universidade Federal do Pará

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.n54a1371>

RESUMO

O romance, enquanto gênero moderno, foi alvo de olhares vigilantes e censórios desde o seu surgimento, e as tentativas de “cancelamento” da sua leitura, contemporaneamente, no Brasil, remontam a motivações e contextos históricos e ideológicos do século XIX, época de sua ascensão. Nesse contexto, o presente artigo aborda brevemente a história do romance no Brasil e sua relação com as práticas de controle literário no século XIX para, em seguida, traçar um paralelo com o cenário atual nacional, em que o “cancelamento” de livros em escolas brasileiras se configurou como um novo mecanismo de censura, afastando obras consideradas subversivas ou questionadoras de determinados valores éticos e morais exaltados pelas figuras condenatórias ao gênero. Ao analisar essa relação histórica e atual entre Literatura e censura, o artigo sugere que, apesar das mudanças nos contextos políticos e sociais no país, a tentativa de controle sobre a

leitura e as narrativas continua a ser um reflexo das tensões ideológicas da sociedade, assim, a Literatura, e, particularmente, o romance, continua a ser instrumento desafiador a normas sociais e poderios impostos.

PALAVRAS-CHAVE: Cancelamento; Romance; Igreja Católica; Censura; História literária.

ABSTRACT

The novel, as a modern genre, has been the target of vigilant and censorious eyes since its emergence, and attempts to “cancel” its reading in contemporary Brazil can be traced back to the historical and ideological motivations and contexts of the 19th century, when it was first published. In this context, this article briefly discusses the history of the novel in Brazil and its relationship with literary control practices in the 19th century, and then draws a parallel with the current national scenario, in which the “cancellation” of books in Brazilian schools has become a new censorship mechanism, removing works considered subversive or questioning certain ethical and moral values exalted by figures condemning the genre. By analyzing this historical and current relationship between literature and censorship, the article suggests that, despite the changes in the political and social contexts in the country, the (or attempted) control over reading and narratives continues to be a reflection of the ideological tensions in society, so literature, and particularly the novel, continues to be an instrument of defiance of social norms and imposed powers.

KEYWORDS: Cancellation; Romance; Catholic Church; Censorship; Literary history.

1. PROIBIR É PRECISO, LER NÃO É PRECISO

Ultimamente a Lídia dera-lhe a ler *O Primo Basílio*, recomendando muito cuidado ‘que era um livro obsceno’: lesse escondido e havia de gostar muito (Caminha, 1893, p. 38).

Profundamente marcado pelas transformações sociais, culturais, políticas e ideológicas a partir do seu surgimento e ascensão, o gênero romance foi alvo, desde séculos anteriores, de tentativas de cen-

sura por figuras dominantes, como a Igreja Católica e seus simpatizantes. Condenado pela leitura extensiva que provocou na Europa (Moretti, 2009), a partir de um consumo, considerado superficial, de narrativas, ou pelas ideias tidas como subversivas nos enredos, as quais poderiam provocar ações libidinosas praticadas pelos seus leitores e, principalmente, leitoras (Abreu, 2003), o romance moldou-se, também, a partir dos conflitos vivenciados em sociedade, protagonizando-se como um gênero que expõe, denuncia, escancara e/ou subverte temas relevantes a serem discutidos e refletidos em diferentes sociabilidades.

Da mesma forma, nas últimas décadas, o romance tem sido sujeito a novas formas de censuras, não mais as impostas por regimes autoritários ou governantes opressores, mas por fenômenos contemporâneos, como o chamado “cancelamento”, a partir do cerceamento à circulação de livros em escolas. Nesse cenário, o que está em jogo nessas críticas à Literatura é uma discussão sobre as formas de liberdade de expressão, o papel da arte e a função da Literatura na formação da identidade individual.

A censura, compreendida como um conjunto de práticas destinadas a controlar a produção, a circulação e a recepção de discursos, neste caso, literários, manifestou-se de formas distintas de acordo com os contextos históricos, políticos e sociais vivenciados pela sociedade ocidental. Na Idade Média, o acesso restrito à escrita e à leitura pode ser considerado como uma censura estrutural, mesmo com a criação de bibliotecas e difusão da leitura. A leitura silenciosa foi considerada perigosa, por exemplo, pois não haveria controle sobre o que era lido, deixando-a livre de censura ou condenação, sem o devido acompanhamento (Ribeiro, 2008). A reprodução manual de manuscritos, sob o controle de figuras eclesiásticas, garantia a filtração ideológica dos conteúdos, em uma centralização do conhecimento (Eisenstein, 2005).

Com o surgimento da prensa tipográfica no século XV, instaurou-se um novo paradigma de difusão textual, provocando reações institucionais mais organizadas, contrárias àquela nova configuração. Chartier (1990) argumenta que, na modernidade europeia, a censura visava impor uma “ordem do saber”, objetivando disciplinar o campo discursivo frente à proliferação da edição e da leitura na sociedade. A criação do *Index Librorum Prohibitorum* pela Igreja Católica no século XVI exemplifica a tentativa de normatização dos conteúdos impressos e condenação de autores e obras em julgamentos religiosos. Nesse mesmo período, configura-se também uma economia paralela do livro, com edições clandestinas e redes de distribuição que burlavam dispositivos censórios, chegando esta prática a ser realizada também no Brasil (Darnton, 2010).

No século XIX, a partir da consolidação da imprensa periódica e com certo avanço da alfabetização, a censura foi deslocada para a vigilância das ideias consideradas “subversivas” e contra a moralidade pública. O controle de opinião tornou-se uma preocupação central, principalmente das instituições mantenedoras de poder político e social. A partir de Foucault (1971), pode-se afirmar que a censura moderna não ocorre apenas pela proibição, mas pela produção de normas e discursos autorizados, prática esta realizada pela sociedade civil em conjunto com instituições disciplinares, que exercem o controle.

No século XX, especificamente a partir de regimes autoritários, a censura estatal atingiu níveis extremos de repressão. A queima de livros e a perseguição a autores, além da reescrita de narrativas oficiais, marcaram o modo como os regimes totalitários agiram. Candido (2004) ressalta o papel da Literatura como espaço de resistência simbólica em contextos de censura política, indicando que, mesmo sob limitações, a produção artística reconfigura seus modos de existência.

Na contemporaneidade, observa-se um movimento de fragmentação do poder censório a partir de múltiplos agentes: usuários em plataformas digitais, grupos organizados, escola, representantes políticos, entre outros. A partir disso, surgem novas dinâmicas de controle simbólico, como o chamado “cancelamento”. Esse fenômeno, muitas vezes entendido como expressão de justiça social, consiste na crítica e exclusão de figuras públicas por comportamentos ou discursos considerados ofensivos, discriminatórios, inadequados. No entanto, embora ele seja concretizado por pressões sociais e não institucionais, mantém com a censura uma forte relação, sobretudo quando reproduz silenciamentos, boicotes e exclusão deliberada de obras e autores do debate público.

Nesse sentido, o presente artigo analisa como o cancelamento de leituras em escolas públicas brasileiras está intrinsecamente relacionado à censura ocorrida no século XIX, a partir de motivações e discursos moralizantes semelhantes, com intenções que estão para além de uma regulação ética e religiosa sobre as práticas de leitura nos respectivos meios sociais nos quais esses fenômenos ocorreram.

2. O ROMANCE NO BRASIL NO SÉCULO XIX: ENTRE A MORALIDADE E A SUBVERSÃO

– E tu, que fizeste hoje? – perguntou-lhe Basílio.

Tinha-se aborrecido muito. Estivera todo o santo dia a ler.

Também ele passara a manhã deitado no sofá a ler a Mulher de Fogo de Belot. Tinha lido, ela?

– Não, que é?

– É um romance, uma novidade.

E acrescentou sorrindo:

– Talvez um pouco picante; não to aconselho!(Queirós, 2018, p. 84).

O verbo ‘cancelar’ possui etimologia latina, do século XIV, no sentido de “cobrir com grades, riscar, inutilizar, anular”, e seu significado mantém a aproximação com a origem ao designar: “riscar, tornar sem efeito, tornar nulo, sem valor, suspender, suprimir, dar por encerrado, eliminar” (Cancelar, c2020). Tal definição, recentemente, passou a expressar uma ação direta relativa ao ser humano, devido a um comportamento coletivo de rechaço, intrinsecamente ligado às redes sociais, um dos principais meios de convivência social. Entretanto, a chamada “cultura do cancelamento”, em voga no século XXI, é exercida sob motivações já presentes em tempos passados, direcionada a personalidades públicas, como políticos, artistas ou celebridades, bem como ocorre de forma semelhante às práticas de leitura e aos títulos literários.

Neste artigo, portanto, trataremos acerca da circulação e da divulgação do romance no Oitocentos sob o viés da censura e do cancelamento. Gênero marcado por uma tensão constante entre as convenções morais da sociedade da época e as práticas de subversão que se manifestavam nas narrativas literárias, trataremos das motivações para a prática da censura, no século XIX, para a efetivação do “cancelamento”, no século XXI, e, neste último tópico, em específico, abordando alguns casos ocorridos em escolas públicas brasileiras.

A preocupação com a leitura de narrativas ficcionais esteve associada a duas categorias vigentes à época: a proibição da leitura e o distanciamento das mulheres de leituras que lhe fizessem “sonhar”, “efabular”, ou seja, os romances. Nessa esteira, não era incomum nesses enredos a presença de personagens leitoras que subvertiam a ordem dos papéis sociais previstos a elas, as quais se configuravam como assíduas apreciadoras de histórias inventadas.

Assim sendo, essas tentativas de subversão, sejam em enredos com práticas consideradas imorais, ou achem-se a partir de figurações de personagens fora dos padrões morais e éticos, estiveram incen-

tivadas, justamente, pela censura à leitura do romance, pelas autoridades e agentes de poder, deveras atentos ao potencial que a Literatura tinha para desafiar a ordem social e a política estabelecida. E até mesmo em enredos que reproduziam preceitos da moralidade vigente, o romance também foi condenado pelas prerrogativas de confronto existentes em suas tramas, acessíveis aos leitores, principalmente por meio da publicação dos folhetins em jornais, ou por meio de edições mais baratas em formato de livro, além das práticas de leituras oralizadas, as quais atingiam parte da população sem letramento, conforme descrito em um ensaio de Alexandre Herculano (1810-1877):

[...] nos catálogos de livreiros, e o que mais é por oficinas e lojas de artificies, e vendedores, pelas moradas de obreiros, de soldados e até de proletários sem modo de viver conhecido, se encontram *livros imorais*, e que seriam ridículos se na impiedade e dissolução tal circunstância se poderia dar. Boas almas, que em nenhum tempo faltam, tem traduzido, e multiplicado esses livros (cujos nomes enxovalhariam o papel) para traficarem na corrupção pública em que ganham ouro, que menos infamemente ganhariam sendo assassinos por salário; que estes matam o corpo e eles os espíritos; estes muitas vezes arriscam a vida no seu horrível ofício, eles não arriscam o corpo, na paz do gabinete, nem a alma porque essa já não tem que perder [...] (Herculano, 1863, p. 6-7).

O artigo do escritor português foi republicado no jornal católico brasileiro *A Estrela do Norte* (1863) e enfatizou a ameaça dos livros presentes em múltiplos espaços sociais, incluindo o de vendedores, soldados e “até” proletários, os quais pervertiam as almas e os espíritos de quem os lessem, pois consistiam em perigo para as almas, na verdade, eram uma ameaça ao poder de influência das instituições conservadoras vigentes. Não à toa tal crítica esteve presente no jornal da Diocese paraense, sob comando do Bispo do Pará, Dom Macedo Costa (1830-1891),

figura que se preocupou fortemente com as práticas leitoras da época, especialmente a leitura de romances. A ameaça provocada pela leitura de ficção às mentes consideradas “incultas” por figuras intelectuais, como Herculano, era uma preocupação recorrente nesse período, pois o romance se fazia presente em diferentes ambientes, adentrando os mais longínquos “terrenos”, fossem eles físicos ou psicológicos, como percebe-se na citação em destaque.

A censura literária no Brasil do século XIX se alinhava a uma tentativa de manter a ordem moral que sustentava as instituições dominantes – a Família, a Igreja e o Estado –, confrontantes com outras instituições doutrinárias, como a Maçonaria, que defendia valores contrários, como a liberdade de expressão, de crenças, o republicanism e a abolição da escravatura. Nesse contexto, as obras consideradas “ousadas” ou que expunham questões controversas precisavam ser afastadas do público, pelo olhar vigilante da censura, presente em jornais, a partir das prescrições para orientar o leitor a distinguir quais seriam essas leituras. É o que se presencia no artigo “A perseguição”, assinado por Luiz Maria, de origem desconhecida:

[...] O povo, ordinariamente pouco instruído, poderá não conhecer quais as publicações periódicas, e quais os livros de cuja leitura deve fugir, mas para que o conheça, aqui lhe deixamos um critério simples e seguro.

Todo o escrito de qualquer natureza que seja, que insulta o Vigário de Cristo, que menospreza a autoridade da Igreja, que rejeita o dogma da infalibilidade do Papa que afirma não serem anticatólicas as associações secretas tantas vezes condenadas pela Igreja, que louva e aprova o ato inqualificável da invasão de Roma, deve ter-se como ímpio, e condenado pela Igreja [...] (Maria, 1872, p. 3).

No jornal católico *A Boa Nova*, segundo impresso sob o comando da diocese paraense, publicado na década de 1870, também regido por

Dom Macedo Costa, foi enfatizada a ideia combativa relativa a meios de veiculação de informações e narrativas: haveria a necessidade de uma “[...] cruzada santa que tenha por fim desviar os fiéis da leitura d’esses jornais e publicações irreligiosas, que por aí se vendem mediante um preço módico. A formação d’esta cruzada é de absoluta necessidade, hoje mais que nunca [...]” (Maria, 1872, p. 3). O editorial tentou distinguir, mais a frente no artigo, quais seriam as leituras consideradas ímpias ao seu público leitor. A ideia de um povo pouco instruído, como exibido no posicionamento de Alexandre Herculano, é igualmente reforçada no trecho acima, ao reiterar a necessidade de orientar sobre os critérios necessários a serem considerados na refutação de determinadas leituras, como aquelas que insultam a figura de Jesus Cristo, presentes em livros filosóficos questionadores de uma representação divina absolutamente distante da figura humana; ou as que menosprezam a autoridade da Igreja, quando dissertam sobre o poder abusivo de papas ou figuras eclesiásticas como um todo; também as que rejeitam a infalibilidade do Papa, como em enredos de personagens pertencentes à Igreja Católica, mas que se desviam de uma conduta coerente e ética, continuando, mesmo assim, a atuar na instituição; alcançando a crítica às leituras sobre as associações secretas condenadas pela Igreja, pois louvavam e aprovavam o ato inqualificável da invasão de Roma, como as protagonizadas por maçons, indivíduos estes que foram atuantes na cena literária brasileira.

O século XIX no Brasil assistiu um campo de disputa entre a moralidade, representada pelas expectativas normativas de determinadas instâncias, e a subversão, prevista por meio de representações literárias que exploravam as contradições sociais, políticas e culturais. A Literatura transitava entre os limites impostos pela censura, utilizando subterfúgios linguísticos para expressar mensagens e críti-

cas sociais, como a ironia e a ambiguidade, que permitiam realizar questionamentos sem enfrentar uma repressão direta.

O romance, por meio de enredos mais próximos ao público, de linguagem simples e cotidiana, com representações sociais realistas (Watt, 2019), não fugia dos preceitos morais, mas frequentemente ressaltava narrativas que refletiam e ao mesmo tempo contestavam as regras sociais. O romance romântico, por exemplo, ainda que enaltecesse valores como a paixão, a lealdade e o heroísmo, também tratava de temas como a opressão à mulher e as relações desiguais decorrentes dessa dominação. Esse tema foi recorrente e aprofundando nos perfis femininos, com ênfase nas relações afetivas entre indivíduos de classes sociais distantes, como presenciado em *Lucíola* (1862) e *Senhora* (1874), de José de Alencar (1829-1877), temas rechaçados pelo Bispo do Pará, Dom Macedo Costa, símbolo das figuras católicas censórias.

Também romances estrangeiros, como *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert (1821-1880), transitavam entre a ironia e a crítica social, desafiando as normas e expondo as hipocrisias da moralidade social oitocentista vigente. Sob aspectos do movimento realista literário, com claras intenções de expor as “nudezas” do espírito humano em suas relações interpessoais, autores como Flaubert também foram alvo de censura e julgamentos a respeito de sua escrita e da circulação de um livro considerado imoral e criminoso para a sociedade francesa e brasileira, já que a crítica ao romance europeu também foi presente em periódicos nacionais (Müller, 2013).

Em *O primo Basílio* (2018), de Eça de Queiroz (1845-1900), a censura à leitura de romances surge de maneira crítica e irônica, em que o contexto moralista e conservador da sociedade portuguesa oitocentista reflete-se por meio da trama envolvendo Luísa, a personagem principal do livro. A censura é expressa no modo como as personagens, especialmente mulheres, são tratadas no que se refere ao acesso à Literatura, particularmente aos romances, os quais imputam

ações nos indivíduos que os leem, reforçando a ideia de que é preciso controlar a formação moral e emocional de quem poderia ter acesso a esse tipo de narrativa.

No romance queirosiano, Luísa é uma mulher casada que se deixa seduzir pelo primo, Basílio, envolvendo-se em um caso extraconjugal. O contexto de sociabilidade em que ela vive é marcado por repressão e vigilância sob o comportamento feminino, e a leitura de romances, principalmente os considerados imorais e subversivos, faz parte desse controle, pois parte da perspectiva de que certos tipos de leitura podem corromper valores morais e cristãos de quem os lê. Assim, o romance, sob esse viés, é pensado como um instrumento de propagação de sentimentos passionais e relações de adultério, perniciosos e capazes de influenciar negativamente a conduta de leitoras, as quais deveriam seguir modelos de virtude e recato.

Em um trecho da obra, Luísa é vista lendo romances que, na visão de sua criada, Juliana, são fontes de influência negativa. Juliana faz parte da classe trabalhadora e representa uma moralidade popular, cristã, que condena a leitura de obras as quais tematizam enredos proibidos pela moral dominante. Para Juliana, a leitura desse tipo de livro poderia ser o primeiro acesso ao início de comportamentos imorais, pois os enredos alimentariam desejos e fantasias contrários aos dogmas cristãos e ao comportamento esperado de uma mulher casada.

Entretanto, *Eça de Queiroz* ultrapassa uma visão simplista sobre isso e aprofunda a retratação da censura como impulsionadora de uma extrapolação da repressão ao prazer e ao desejo feminino, ocasionando a realização justamente contrária do que se esperava por meio da proibição: as torpezas nas relações humanas se revelam intensamente pelas práticas libidinosas provocadas pelas leituras.

Lia muitos romances, tinha uma assinatura, na Baixa, ao mês. Em solteira, aos 18 anos, entusiasmara-se por Walter Scott e pela Escócia; desejara então viver num daqueles castelos escoceses, que têm sobre as ogivas os brasões da clan, mobilados com arcas góticas e troféus de armas, forrados de largas tapeçarias, onde estão bordadas legendas heróicas, que o vento do lago agita e faz viver: e amara Ervandalo, Morton e Ivanhoé, ternos e graves, tendo sobre o gorro a pena de águia, presa ao lado pelo cardo de Escócia de esmeraldas e diamantes. Mas agora era o moderno que a cativava: Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades. Ria-se dos trovadores, exaltara-se por Mr. de Camors; e os homens ideais apreciavam-lhe de gravata branca, nas ombreiras das salas de baile, com um magnetismo no olhar, devorados de paixão, tendo palavras sublimes. Havia uma semana que se interessava por Margarida Gautier: o seu amor infeliz dava-lhe uma melancolia enevoada: via-a alta e magra, com o seu longo xaile de caxemira, os olhos negros cheios da avidez da paixão e dos ardores da tísica; nos nomes mesmo do livro – Júlia Duprat, Armando, Prudência, achava o sabor poético duma vida intensamente amorosa; e todo aquele destino se agitava, como numa música triste, com ceias, noites delirantes, aflições de dinheiro, e dias de melancolia no fundo dum cupé, quando nas avenidas do Bois, sob um Céu pardo e elegante, silenciosamente caem as primeiras neves (Queirós, 2018, p. 15-16).

Nas relações que permeiam a protagonista, o marido de Luísa, Jorge, também participa da dinâmica de controle sobre as ações da esposa, mesmo sem intenção explícita quanto à censura de leituras. Na interação entre os dois, Jorge é indiferente e ausente em uma verdadeira comunicação que deveria ocorrer entre o casal, reflexo de normas sociais que restringem o prazer e a liberdade de expressão sobre os sentimentos e demandas das mulheres, contrapondo-se ao previsto em narrativas sobre amor e desejo. A leitura de romances, então, torna-se um meio de escape da realidade para Luísa, e ela, inserida em um contexto social conservador e moralizante, não per-

cebe que sua vida está em conflito com as fantasias alimentadas pela ficção romanesca (Yue, 2022, p. 25).

Emma Bovary e Luisa são personagens que mimetizam a situação feminina diante do interdito à leitura, pela possível má influência que o ato de ler provocasse em suas ações. A percepção da leitura de romances como feito capaz de interferir no comportamento feminino é claramente apontado no romance *Madame Bovary*, enquanto, na obra *O primo Basílio*, o desvio da conduta é sugerido pelas atitudes de Luísa ao reproduzir práticas semelhantes às heroínas das ficções que lia.

Ian Watt (1917-1999), em *A ascensão do romance* (2019), contribui para a compreensão da tensão existente entre as práticas de leitura do novo gênero e a crítica moralizante oitocentista. Para Watt, o romance é uma forma literária que, desde suas origens, manifestou-se com um veículo para explorar a complexidade das experiências individuais dentro de um contexto social, levando a confrontos com normas estabelecidas por instituições de poder. No Brasil, esse aspecto foi particularmente importante, pois o romance, além de inserir-se em um projeto de representação nacional, igualmente forneceu visibilidade às marginalidades sociais, como a escravidão e a condição da mulher, ao mesmo tempo em que apresentou uma reflexão crítica sobre a elite dominante.

Posto isto, os romances moralizantes seriam a solução para desviar a má conduta leitora, assim como os livros de santos, os hagiográficos ou as histórias de figuras católicas, as quais seriam capazes de conduzir o público ao “verdadeiro caminho da fé e salvação da alma” (consideração publicada em diferentes ensaios propalados n’*A Boa Nova*, principalmente na edição n. 11 de 1879, p. 2-3, coluna 1), pois

a ideia de moralização pela leitura promovida pelos religiosos parte de pressupostos exatamente contrários aos dos romances.

Os textos cristãos propõem modelos positivos de virtude por meio da narração de vidas de santos e de fatos bíblicos nos quais se pode conhecer a trajetória de homens e mulheres que não pecam, que cumprem os mandamentos, que temem a Deus. É a partir da imitação do comportamento dessas pessoas que se pode atingir o ideal cristão. Os romances também se dizem preocupados com a moral, mas a atingem pelo caminho oposto, mostrando pessoas que erram, que se corrompem, que são fracas diante do vício. Narram essas histórias do ponto de vista de quem as condena, mas ao narrá-las põem os leitores em contato com o pecado. Isso já constitui um grave problema: narrar abertamente situações de imoralidade e pecado, permitindo que o leitor se imagine na mesma situação (Abreu, 2003, p. 271).

O perigo da imaginação, ao entrar em contato com os enredos ímpios, foi motivo de preocupação dos censores católicos, uma vez que era preciso relacionar-se apenas com os bons exemplos, aqueles marcadamente cristãos e santos, pois “[...] que delícias no quadro d’uma família cristã, em suas dores resignadas, e em suas esperanças imortais!” (Huguet, 1879b, p. 2). A influência prevista para os maus livros também serve para os bons livros, mas em seu sentido contrário, não mais desvirtuando, e sim conduzindo a palavra cristã aos seus leitores, como um instrumento de conversão ou evangelização do público.

3. O CANCELAMENTO CONTEMPORÂNEO: O RETORNO DA CENSURA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

De mão em mão como as epístolas, corriam os periódicos manuscritos e os romances proibidos. (...) Os romances, enredados de atribulações febricitantes, atraindo no descritivo, chocantes no desenlace, alguns temperados de grosseira sensualidade, animavam na imaginação panoramas ideados da vida exterior, quando não há mais compêndios (...) (Pompeia, 2023, p. 119).

Wolfgang Iser (1926-2007) postula sobre a necessidade de romper a dualidade entre ficção e realidade, e insere o “imaginário” como o responsável por concretizar a relação entre as duas instâncias, por meio do ato de fingir. O imaginário, concebido por Iser como produto da imaginação, considerada “faculdade criativa do pensamento pela qual este produz representações de objetos inexistentes, não tendo, portanto, função cognitiva” (Japiassu, 1991. p. 129 *apud* de Pádua Castro, 2007, p. 54), é “um espaço aberto que, sem indicar limites, permite a invenção do possível como prenúncio de uma outra realidade” (Iser, 1996 *apud* de Pádua Castro, 2007, p. 55). Ou seja, é pela transformação de signos ocasionada pelo ato de fingir que o texto ficcional provoca transgressões, reformulações de um mundo, e, assim, nessa nova compreensão do real, é possível que ocorra a experimentação de uma nova sociabilidade.

Dessa forma, o contato com o mais ínfimo elemento “tumultuador”, seja em enredos ou em personagens que ressoem ideias subversivas ao dogma católico e/ou aos preceitos moralizantes de uma sociedade conservadora pautada em ideologias cristãs, poderia ser fortemente condenado e alvo de censura. Era preciso “conservar as mentes e almas” (Huguet, 1879a, p. 2) do “veneno” que se apoderava das casas mais humildes e, especialmente, de jovens moças, com papéis sociais bem definidos no Oitocentos, as quais poderiam ser alvos fáceis para tramas romanescas aterradoras:

acreditemos que os livros são mais perigosos do que os discursos, assim como um mau princípio é mais funesto do que uma má ação. Com efeito, não se está sempre na escola do mundo; um mau livro acha-se continuamente à nossa disposição; muitas vezes o autor é menos comedido em suas palavras do que o somos no mundo. Longe de ser nos úteis em literatura, se eles corrompem o coração, só nos dão um espírito romanesco, enchem-nos de ideias quiméricas, fazem-nos encarar o mundo debaixo das mais

falsas cores, e acabam por arrastar-nos ao abismo. Entre muitos exemplos, cita-se o d'uma moça que atirou-se ao Sena, há pouco tempo. Os socorros para salvá-la foram inúteis; achou-se n'ela o último volume d'um romance muito conhecido, e examinando-o atentamente, descobriu-se, em uma das folhas, estas palavras, escritas pela mão desta infeliz: 'Eu fui atraída como ela, devo como ela morrer' (Huguet, 1879c, p. 3).

Ainda da sequência mencionada anteriormente, os romances e outras obras de ficção poderiam ser mais prejudiciais do que discursos ou ações, pois seriam mais permanentes e atuantes na vida dos leitores. O argumento central volta-se para a leitura em geral, que, ao contrário de um discurso passageiro ou de uma ação temporária, estariam sempre ao alcance dos leitores e, portanto, apresentariam um risco constante de corromper os corações e mentes, especialmente se seu conteúdo fosse moralmente duvidoso.

Essa perspectiva se insere em um contexto maior de preocupação com a moralidade e os valores tradicionais, tão caros ao pensamento católico do século XIX e reforçado por outras figuras simpatizantes, as quais oportunizaram esses registros de perspectivas dogmáticas em jornais e revistas da época.

O romance, portanto, é tido como mais perigoso que os discursos pela sua durabilidade e disponibilidade nos espaços em que ele se encontra, pois as palavras escritas ameaçariam pelo poder de influenciar quem as lê, e as narrativas, quiméricas ou realistas, conduziriam moças e rapazes aos atos mais vis, hediondos e desqualificáveis, conforme o pensamento censório vigente.

Ler nunca foi um ato tranquilo, ou como definiu Antonio Candido (1972-1973, p. 61), "a Literatura é uma atividade sem sossego", e, contemporaneamente, a proibição às leituras e a retirada de circulação de livros no Brasil estão ocorrendo por alguns motivos: en-

volve desde considerações pautadas em valores morais até questões de representação política, ambas se valendo de posições ideológicas conservadoras quanto ao poder de influência dos livros em alunos, crianças ou adolescentes. Ocorrem tais atos, também, em diferentes localidades do país, advindas tanto de figuras de poder que ocupam diferentes posições perante a sociedade, quanto dos próprios pais de estudantes, que figuram como “canceladores” de autoras e títulos. Mas são, principalmente, os políticos ou as instituições públicas, as quais deveriam zelar pelo direito à leitura e à educação de qualidade, que atuam nas tentativas de censura e/ou “cancelamento”, já que agem a partir de vieses próprios, contrários a documentos oficiais que regem a educação brasileira, indo de encontro à preconização da diversidade entre temas e propostas de leituras a serem trabalhadas em sala de aula.

Em fevereiro de 2020, houve a iniciativa, por parte da Secretaria de Educação de Rondônia, de retirada de 43 clássicos das bibliotecas escolares estaduais, entre eles: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis (1839-1908); *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade (1893-1945); e *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909); no documento, havia uma observação de que “todos os livros do Rubem Alves (1933-2014) devem ser recolhidos” (Subtil, 2020). A justificativa foi de que a obra continha passagens consideradas “inapropriadas” e “imorais” e que o “pente-fino” teria iniciado após denúncias de que os livros continham palavrões, principalmente os de Rubem Alves, a partir de uma obra de contos intitulada *Amálgama* (2013). O secretário à época alegou que os livros não seriam retirados das escolas, e que não teria assinado o documento, devendo haver apuração sobre a lista.

Os livros de Rubem Alves foram considerados impróprios, possivelmente, pelo caráter subversivo neles contido, como a linguagem irônica e o uso de palavrões. Seus escritos, no entanto, não podem

ser resumidos a isso, pois sua produção não se limita ao que é tradicionalmente ensinado nas escolas, na verdade, busca abrir um espaço para uma reflexão mais ampla sobre a liberdade humana, a espiritualidade e as relações interpessoais (Da Silva, 2017). A censura, na situação específica, pode ser vista, então, como uma tentativa de controlar os discursos e as ideias que circulam nas instituições escolares, principalmente entre os jovens, os quais vivenciam processos de formação de pensamento e de posicionamentos perante a sociedade. A tentativa de proibição de tais livros relaciona-se a um desejo de minimizar as possibilidades dos estudantes de se engajarem com textos que os levem a questionar valores estabelecidos, pautados em um conservadorismo linguístico (a despeito dos palavrões) e ideológico, pois,

[...] a produção teológica de Rubem Alves esteve inicialmente sustentada em perspectivas sociológicas, no âmbito do humanismo político. E, ao longo de suas travessias transformou-se numa teologia heterodoxa, poética com ênfase na magia, utopia e imaginação (Da Silva, 2017, p. 264).

A tentativa de censura aplicada às obras de Rubem Alves pode ser avaliada a partir da perspectiva de Michel Foucault (1926-1984), ao considerar a censura como um mecanismo de poder que estabelece limites para aquilo que pode ser dito, tomando a Literatura como uma forma de discursividade controlada pelas instituições sociais e políticas. Foucault analisa o discurso a partir dos regulamentos do poder, de modo a promover certas ideologias, enquanto exclui outras, limitando, assim, a circulação de preceitos divergentes das normas sociais estabelecidas por quem está na posição de poderio (Foucault, 1971, p. 45). Dessa forma, a tentativa de retirada das obras de Rubem Alves visaria silenciar determinados discursos ali contidos, o que implica no impedimento do desenvolvimento da capacidade

crítica dos alunos, a partir da mediação de leitura com professores e demais mediadores, a qual poderia promover reflexões por novos olhares ou posicionamentos provocados pelo contato com os livros.

Outros casos de censura remontam à preocupação com a formação de mentes e o contato com determinadas histórias consideradas um perigo à imaginação, como o ocorrido em 2024 nas escolas de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais (Milagres, 2024), no episódio de suspensão da utilização do livro *Menino Marrom* (1982), de Ziraldo (1932-2024), uma obra infantojuvenil que narra a história de um menino que, ao nascer, encontra-se deslocado entre diferentes mundos, simbolizando o percurso da construção da identidade racial em um país marcado pela desigualdade. Ao abordar a temática racial em linguagem acessível para crianças, Ziraldo oferece uma reflexão diante da necessidade de inclusão e respeito à diversidade. No entanto, a obra foi retirada de circulação nas escolas da cidade sob a alegação de que o conteúdo era inadequado para o público, porém, a justificativa esconde, na verdade, um processo de censura ideológica.

Atividades com o livro supracitado foram suspensas na escola após pais considerarem o livro com “conteúdo agressivo”, alegando que o enredo poderia induzir crianças a “cometerem maldade”. Alguns trechos do livro são utilizados como justificativa para tal afirmação, como o pacto de sangue que não se concretiza; e o pensamento negativo do Menino Marrom a respeito de uma senhora idosa que não aceita sua ajuda, desejando que ela fosse atropelada, não havendo a concretização do fato.

O que se percebe, a partir dos argumentos pautados, é uma análise superficial ao desconsiderar as nuances literárias do texto, ou as possibilidades de interpretação e leitura, com possíveis reflexões profundas sobre a trama e a conduta do personagem as quais o livro pode fornecer; o pacto de ficção é totalmente ignorado pelo desejo do interdito à obra.

Segundo Robert Darnton (1995), a história do livro é também a história das disputas sobre conhecimento e informação, em que o livro se torna um objeto de poder que ultrapassa seu caráter de mera representação da palavra. Para o autor, os livros sempre foram um estímulo para a imaginação na mente dos leitores (Darnton, 1995), mas são igualmente uma arena onde se disputam os significados e se estabelecem limites ao que é possível pensar e expressar. O “cancelamento” de livros na contemporaneidade, assim, configura-se como um mecanismo de repressão do que é considerado indesejável ou ameaçador às estruturas de poder, porém, a respeito do caso aqui explicitado, também é algoz de pretensos valores morais e éticos, os quais não podem ser confrontados ou discutidos minimamente pela arte, já que o ideal seria a exposição clara e direta do “certo” e “errado”, principalmente para as crianças, a partir da perspectiva dos censores.

A censura nas escolas brasileiras, como a observada em Conselho Lafaiete, frequentemente se baseia em pretextos morais ou pedagógicos, como a alegação de que determinadas obras são “inadequadas” para o público infantil. Entretanto, como já apontado, é um modo de controle sobre as narrativas a partir de suas formas de expressão, e, principalmente, configura-se como uma tentativa de manipulação sobre a própria subjetividade dos indivíduos (Foucault, 1986). A suspensão do uso do livro de Ziraldo pode ser vista como parte integrante de um movimento de normalização e domínio do discurso sobre infância, raça e identidade no Brasil, cujo objetivo é impedir novas gerações de se confrontarem com questões fundamentais sobre relações sociais e interpessoais em uma sociedade discriminatória.

Regina Zilberman (2005) discute de forma ampla como a Literatura Infantojuvenil brasileira desempenha um papel fundamental na formação da criança, não apenas do ponto de vista pedagógico,

mas também no desenvolvimento da capacidade crítica, emocional e ética desse público. É necessário, então, que as crianças mantenham contato com diferentes narrativas que as façam questionar a si e aos outros, em complexas relações sociais até, para que formem perspectivas próprias e tenham ferramentas para lidar com aspectos emocionais e ideológicos da melhor maneira. Nesse contexto, é inegável o quanto a censura à Literatura nas escolas, advindas não apenas de figuras políticas e de poder, mas também das famílias dos estudantes, torna-se preocupante em um cenário acirrado de disputas de narrativas, de distanciamento da leitura, de rechaço às artes e à liberdade ficcional prevista para as expressões culturais.

Na esteira do “cancelamento” às obras literárias com conteúdo voltado a questões raciais, *O avesso da pele* (2020), de Jeferson Tenório, prêmio Jabuti em 2021, é outro exemplo ocorrido em 2024, quando Janaína Venzon, diretora de uma escola em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, solicitou a retirada do livro das bibliotecas escolares, justificando a ação pela presença de “palavras de baixo calão” e descrições de cenas sexuais, o que tornaria a obra inadequada para os alunos pela “vulgaridade” presente. Em sequência, um ofício assinado pelo coordenador da 6ª CRE, Luiz Ricardo Pinho de Moura, também foi emitido para recolher o livro das bibliotecas escolares de 18 municípios da região do Vale do Rio Pardo e seu entorno (Governo [...], 2024). A Secretaria de Educação do Estado, entretanto, não acatou a ordem e determinou a manutenção do título nas escolas, o qual está previsto no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do MEC. Porém, o caso provocou o debate, necessário, a respeito das tentativas de proibição de determinados livros que retratam assuntos importantes para reflexão.

O avesso da pele é uma obra que se insere na tradição da Literatura Afro-brasileira em títulos que abordam o racismo estrutural, a violência policial e a construção de identidades negras no Brasil con-

temporâneo. O romance é sobre a história de Pedro, um jovem que busca compreender a trajetória de seu pai, Henrique, um professor de Literatura assassinado durante uma abordagem policial. O livro explora as complexidades das relações familiares a partir do recorte racial, fornecendo uma reflexão profunda sobre experiências interpessoais de pessoas negras no país.

Eduardo de Assis (2014, p. 268) afirma que a Literatura Afro-brasileira, em uma de suas vertentes de abordagem temática, “[...] situa-se na história contemporânea e busca trazer ao leitor os dramas vividos na modernidade brasileira, com suas ilhas de prosperidade cercadas de miséria e exclusão”. Dessa forma, a obra de Tenório dialoga com essa assertiva e traz à luz, por meio da ficção, as dinâmicas de opressão vivenciadas pela população negra brasileira em determinados contextos sociais.

Roger Chartier (1990, p. 9) afirma que as “obras [literárias] estão ancoradas nas práticas e nas instituições do mundo social”, ou seja, a recepção de uma obra está diretamente ligada ao contexto sociocultural em que ela circula, ao modo como os leitores a leem, pois “[...] a recepção também inventa, desloca e distorce”. Assim, as tentativas de censura/cancelamento mencionadas aqui fornecem elementos para uma discussão sobre a pretensão de um controle acerca do debate racial e da diversidade de histórias e vozes no meio social por parte de um público específico, em que se define quais narrativas devem estar presentes nos meios escolares, responsáveis pela formação de uma sociabilidade entre crianças e adolescentes em seus primeiros anos de vida, principalmente.

Os episódios relatados evidenciam uma persistência de mecanismos de controle sobre a Literatura, em específico, sobre a prosa ficcional, e a circulação de ideias que o gênero pode suscitar no público leitor. O rechaço a obras que promovem reflexões sobre questões raciais, principalmente, indica desafios contínuos na construção de

uma sociedade mais justa e inclusiva, consciente de seus papéis sociais e de suas dívidas históricas.

CANCELAMENTOS FINAIS

Uma noite o padrinho quase a surpreende no quarto, deitada, com o romance aberto, à luz duma vela. Porque ela só lia *O primo Basílio* à noite, no seu misterioso quartinho do meio da casa pegado à sala de jantar (Caminha, 1893, p. 38).

A interdição da leitura remonta a séculos atrás e Regina Zilberman descreve o cenário na sua obra homônima *Fim do livro, fim dos leitores?* (2000). A autora chama atenção para o fato da popularização da leitura, quando sua prática “começou a se expandir e a ocupar intensamente pessoas da maioria dos grupos sociais e categorias etárias, foi considerada a corporificação do demônio”. E nesse espaço contraditório, Zilberman salienta que “é a leitura da literatura que corresponde simultaneamente ao espaço das maiores valorizações e piores condenações” (Zilberman, 2000, p. 17).

Para exemplificar a situação antagônica, algumas cenas literárias são retomadas pela autora, a título de ilustração. A primeira delas refere-se a Alfonso Quejana, o célebre personagem de *D. Quixote* (1605), que “em vez de participar de caçadas ou festas, preferia ler livros de cavalaria” (Zilberman, 2000, p. 19). E essa aproximação com os livros rende-lhe a caracterização do leitor que “perde o juízo, a ponto de abrir mão de sua identidade e criar, para ele mesmo, uma nova personalidade, construída a partir de personagens a que fora apresentado por meio das páginas impressas” (Zilberman, 2000, p. 21)

É nesse sentido que a leitura ganha a designação de indevida e desaconselhável, e alcança, principalmente, as leitoras, conforme descreve Zilberman, quando menciona Emma Bovary, personagem de Flaubert, no romance *Madame Bovary* (1856), uma “leitora lograda pelos livros consumidos” (Zilberman, 2000, p. 33), obcecada pe-

las narrativas romanescas, dramáticas, cujas narrativas a levavam ao torpor. Zilberman considera que Emma “poderia ser considerada a versão feminina do Quixote”.

Nas duas situações, o apreço pela leitura recebe o “cancelamento” daqueles que julgam que o ato de ler desvirtua e corrompe. Em *Dom Quixote*, o boicote e impedimento à leitura parte dos “seus dois amigos letrados, o cura e o barbeiro [...] acompanhados da ama” (Zilberman, 2000, p. 22) que desejam queimar os livros considerados perniciosos. Em *Madame Bovary*, a interdição é feita pela sogra, que concebe a leitura como um vício, o livreiro um envenenador e traficante que traz, à disposição de Emma, os livros que a entorpecem (Zilberman, 2000, p. 35).

Além das imagens ilustrativas aqui apresentadas, a Literatura recria inúmeras situações de proibição da leitura, principalmente de narrativas ou romances, partindo do princípio de que é uma atividade ameaçadora, capaz de perverter a mente. As questões que levam à construção de uma teoria para o “cancelamento” são as mais variadas, pois vão desde a corrupção dos bons costumes às questões políticas, conforme Sandra Reimão (2014), quando descreve a regulamentação da censura prévia:

a censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.1.077/70. Os art. 1º e 2º desse decreto estavam assim redigidos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior (Reimão, 2014, p. 78).

A proibição da leitura por motivos políticos vem somar ao fato de que é impedido aquilo que incomoda de alguma forma e, assim, tratou-se neste estudo a demonstração da censura ao romance, estendido ao “cancelamento” de obras em sala de aula, mediante posturas autoritárias, repressoras e preconceituosas.

Censura, proibição e cancelamento são termos semanticamente opostos, mas que se aproximam na vertente do contexto em que são empregados. Hoje se fala na “cultura do cancelamento”, termo cunhado do uso excessivo da internet e da prática de vigilância dos atos e comportamentos, permitida pelas exposições nas redes sociais. No artigo “A ‘cultura do cancelamento’: contribuições de um olhar sociológico”, as autoras introduzem o texto com os seguintes questionamentos: “existe uma ‘cultura do cancelamento’? Qual é o seu aspecto diferencial em relação a outras práticas sancionatórias, para além de suas evidentes conotações e intencionalidades políticas?” (Martins; Cordeiro, 2022, p. 31).

O fato é que em todas as situações há propósitos de grupos interessados e se essas organizações constituem local de poder, a proibição, as interdições ou o “cancelamento”, ocorrem de acordo aos interesses, conveniências e benefícios daqueles que o proporcionam.

Era conveniente proibir a leitura de romances, pois evitava e impedia o contato com mundos ficcionais, o que proporcionaria a vazão às fantasias, à inventividade, à utopia. E as demais situações de censura/“cancelamento” acompanham empenhos semelhantes: interditar o contato do leitor com qualquer tipo de conteúdo que possibilite novas concepções ou criatividade. Ao fim e ao cabo, se não é conveniente, existirá o bloqueio.

RECEBIDO: 25/02/2025

APROVADO: 05/05/2025

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2003.
- A BOA Nova: Tudo o que for honesto, justo, santo e amável, Pará, ano IX, n. 11, p. 2-3, 5 fev. 1879.
- CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. Rio de Janeiro: Magalhães & C. Editores, 1893.
- CANCELAR. In: Dicionário Criativo. c2020. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/significado/cancelar>. Acesso em: 27 abril 2020.
- CANDIDO, Antonio. *Timidez do romance* (Estudo sobre a justificativa da ficção no começo do século XVII). ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 18/19, p. 61-80, 1972-1973. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3508>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 169-191.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1990.
- DA SILVA, Anaxsuell Fernando. As cores do crepúsculo: fabulação, teologia e literatura em Rubem Alves. *Estudos de religião, [S. l.]*, v. 31, n. 2, p. 261-284, maio-ago. 2017.
- DARNTON, Robert. *A história do livro: um retrato cultural da Europa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Editora Companhia das Letras, 2010.
- DE ASSIS DUARTE, Eduardo. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Rassegna iberistica, [S. l.]*, v. 36, n. 102, p. 259-280, dez. 2014.
- DE PÁDUA CASTRO, Sandra. O imaginário na construção da realidade e do texto ficcional. *Revista Txt: Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos*, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 5, p. 53-60, jun. 2007.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da imprensa: a prensa de Gutenberg e o início da era moderna*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ática, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOVERNO Leite desiste de banir ‘O Averso da Pele’ das escolas do RS. 2024. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, RS, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/04/governo-leite-desiste-de-banir-de-o-averso-da-pele-das-escolas-do-rs#:~:text=O%20Averso%20da%20Pele%20foi,para%20ser%20usado%20em%202024>. Acesso em: 06 fev. 2025.

HERCULANO, Alexandre. Livros ímpios. *A Estrela do Norte*, Belém, PA, n. 47, p. 6-7, 22 nov. 1863.

HUGUET, R. P. Leituras em Famílias: antes da oração da noite. *A Boa Nova*, Belém, PA, ano IX, n. 9, p. 2-3, 29 jan. 1879a.

HUGUET, R. P. Leituras em Famílias: antes da oração da noite. *A Boa Nova*, Belém, PA, ano IX, n. 11, p. 2-3, 5 fev. 1879b.

HUGUET, R. P. Leituras em Famílias: antes da oração da noite. *A Boa Nova*, Belém, PA, ano IX, n. 36, p. 2-3, 7 maio 1879c.

MARIA, Luiz. A perseguição. *A Boa Nova*, Belém, PA, ano 2, n. 30, 19 de junho de 1872.

MARTINS, Tamires de Assis Lima; CORDEIRO, Ana Paula. A “cultura do cancelamento”: contribuições de um olhar sociológico. *Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 29-47, maio 2022.

MILAGRES, Leonardo. **Suspensão de livro ‘O Menino Marrom’ em escolas de cidade de MG divide opiniões: ‘Censura é preocupante’.** *G1 – Minas Gerais*, Belo Horizonte, MG, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/06/20/suspensao-de-livro-o-menino-marrom-em-escolas-de-cidade-de-mg-divide-opinioes-fui-criado-lendo-ziraldo.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2025.

MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 201-212, nov. 2009.

MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Percursos de “Madame Bovary” no Brasil. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 157-174, jul.-dez. 2013.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Imaginaribooks, Folha de S. Paulo, 2023.

QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” - censura a livros na ditadura militar. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.

RIBEIRO, Wliane da Silva. Práticas de leitura no mundo ocidental. *Ágora*, v. 3, n. 3, p. 34-46, 2008.

SUBTIL, Mayara. **Pente-fino de livros em Rondônia começou após denúncia de palavrão em obra de Rubem Fonseca, diz secretário.** *G1 – Rondônia*, Rondônia, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/07/pente-fino-de-livros-em-rondonia-comecou-apos-denuncia-de-palavrao-em-obra-de-rubem-fonseca-diz-secretario.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2025.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Companhia das Letras, 2019.

YUE, Wu. *Um canário na gaiola: a personagem Luísa no romance O primo Basílio*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses e Românicos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal, 2022.

ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* Senac, 2000.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MINICURRÍCULO

GERMANA SALES é Professora titular do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da Universidade do Federal do Pará (UFPA), com atividade docente na Graduação e Pós-Graduação e Pesquisadora 1D do CNPq. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 1989), Especialização em Investigação Literária na Universidade Federal do Ceará (UFC, 1994), Mestrado em Letras: Teoria Literária pela UFPA (1997) e Doutorado em Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2003). Atua na área de Letras e possui experiência em Literatura, com ênfase na História da Literatura, História do Livro e da Leitura, ensino de Literatura e Literatura Portuguesa, com destaque nos seguintes temas: comércio de livros; estudos do romance; crítica ao romance, literatura e direitos humanos e literatura e sociedade. Publicou capítulos de livros, artigos e organizou coletâneas de livros.

JENIFFER JESUS SILVA é Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (2017), Mestre em Letras – Estudos Literários, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UFPA (2020). Desenvolve pesquisas na área da História do Livro e da Leitura sobre a presença da crítica ao romance em jornais religiosos/doutrinários, iniciada durante a graduação. Foi professora substituta em Literatura na Universidade Federal do Pará (2022 – 2023), é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras UFPA e professora Associada I na Universidade do Estado do Amapá.